



AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO EJA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Elisandra da Silva Lima

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso.

Lusinete Maria da Silva Rodrigues

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso.

Reginete dos Reis Oliveira

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso.

Sula de Oliveira

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso.

RESUMO

Este texto tem por propósito proporcionar uma reflexão sobre aspectos da avaliação que visa à emancipação dos alunos da educação de jovens e adultos para uma sociedade centrada no desenvolvimento do ser humano. Buscando fundamentação teórica em autores como Bloom (1975), Brasil (2010), Dória (2010), Freire (1987; 1999), Gama (2010), Haydt (1995), Hasting (1975), Hoffmann (2009), Libaneo (1994), Luckesi (1999), Madaus (1975), Mészáros (2008), Perrenoud (1999), Solé (1999) e Villas Boas (2000), propondo o desafio de uma prática avaliativa, que alcance a objetividade social nas práticas avaliativas nas escolas e centros educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Educação. Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

Pensar e agir são uma marca de todos, afinal, foi pensando e agindo que chegamos ao nosso complexo mundo de hoje. Durante toda nossa história, criamos, aprendemos e transformamos o mundo tendo em mente alcançar determinados objetivos. E para tanto é importante agir de modo planejado, estabelecendo os objetivos e buscando alcançá-los. Planejar é a atividade em que se projetam fins e se estabelecem os meios para chegar até eles. Planejar implica fazer escolhas. E, para bem fazê-las é preciso conhecer a realidade para poder determinar aonde chegar e de que forma ir até lá. Mas, antes de planejar é necessário descobrir onde estamos para estabelecer as bases que garantirão a construção do planejamento. Esta prática que precede o planejamento é a avaliação. Neste sentido, avaliação e planejamento caminham juntos. Na escola não é diferente. Avaliação e planejamento se unem à prática pedagógica numa relação contínua. O (a) professor (a) avalia para planejar, planeja



para atuar junto aos alunos, para voltar a avaliar, novamente planejar, novamente atuar, Numa onda sem fim.

Outro fator relevante que se pretende com esta abordagem é provocar na comunidade acadêmica, condições para que a avaliação educacional possa definitivamente romper com a visão unilateral do processo e possibilite a construção de uma cultura escolar do diálogo e que sepulte a neutralidade política e promova uma revolução do sistema em favor do estudante e do professor como sujeitos que constroem as relações dentro e fora da sala de aula.

Nas abordagens de muitos teóricos a avaliação sempre foi fator importante, porém o que se constata é que tais reflexões nunca vão além da objetividade ou subjetividade dos processos avaliativos. Partindo desta verificação pretende-se mediar às discussões acerca da avaliação do ensino /aprendizagem compreendendo a educação em seu sentido lato e o ser humano em sua totalidade para que possamos emancipá-lo, garantindo-lhe a autonomia e a consciência crítica perante o mundo do trabalho e quanto ao papel que lhe é designado na sociedade em que vivemos. Só assim a avaliação estará comprometida com a formação do indivíduo que será capaz de contribuir eficazmente na transformação da estrutura social que exclui milhões de jovens da escola na idade adequada e que passam a formar o contingente da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Porém, não podemos pensar numa avaliação fragmentada e descontextualizada se queremos mudar a realidade das nossas escolas públicas e da própria sociedade. A avaliação tem se comportado como instrumento meramente seletivo quando deveria ter caráter emancipador, reflexivo, e de tomada de decisões com vistas à qualidade do ensino e à democratização do conhecimento. No âmbito das escolas públicas e particulares da educação básica, a avaliação tem cumprido eficientemente o papel de coroar um sistema corrompido pelos valores alienantes do capital, baseado, principalmente, na hierarquização onde ao “aluno” é imputada toda responsabilidade pelo fracasso.

Quando a abordagem acerca da avaliação recai sobre a Educação de Jovens e Adultos fica impossível não praticar uma avaliação dialógica que vá à contramão do sistema vigente por séculos na educação brasileira, até porque um dos fundamentos da EJA é proporcionar ao indivíduo a formação de sua consciência crítica acerca de sua própria identidade numa perspectiva educacional de aprendizado contínuo para além dos valores do mercado.



Dentro dessa perspectiva educacional pretende-se, com este trabalho, auxiliar os professores a promover uma avaliação que respeite o perfil tão específico dos estudantes jovens e adultos, valorizando suas expectativas, experiências de vida e sonhos.

Podemos pensar na avaliação mediadora como um processo de permanente troca de mensagens e de significados, um processo interativo, dialógico, espaço de encontro e de confronto de ideias entre educador e educando em busca de patamares qualitativamente superiores de saber. (HOFFMANN, 2009, p. 76).

Avaliação e suas implicações.

Diz o dicionário que avaliar significa dar valor de uma realidade com referência a uma expectativa ideal. A definição pode parecer complicada, mas de uma forma ou de outra todos nós nos envolvemos, frequentemente, com algum tipo de avaliação. É o que fazemos quando consideramos uma música bonita, um objeto pesado, uma bolsa cara, uma roupa apertada etc. Embora presente em atos tão simples do dia a dia, a avaliação é também uma forma de localizar as necessidades e se comprometer com sua superação.

Avaliação é um termo bastante amplo. Avaliamos a todo o momento. Mesmo nos processos de avaliação mais simples, sabemos que para tomar determinadas decisões faz-se necessário que alguns critérios e princípios sejam considerados. Na escola, ela só deveria existir para orientar o trabalho dos (as) professores (as) e dos alunos. No entanto, no espaço escolar, nem sempre as decisões estão nas mãos dos mesmos sujeitos. Na maioria das vezes, a tomada de decisão fica sob a responsabilidade dos professores ou do conselho de classe. Isso faz com que o peso da avaliação fique redobrado e coloca o professor no lugar daquele que deve realizar tal tarefa a partir de critérios previamente estabelecidos coletivamente.

Portanto avaliação é uma atividade que envolve legitimidade técnica e legitimidade política na sua realização, ou seja, quem avalia, deve realizar a tarefa com a legitimidade técnica que sua formação profissional lhe confere. Mas, se a escola é o lugar da construção da autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos de ensino/aprendizagem; da própria instituição e do sistema escolar, não deve ficar sob a responsabilidade apenas de um ou outro profissional, e sim, uma responsabilidade coletiva de todos os sujeitos envolvidos na escola.

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções



pedagógicas didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar (LIBÂNEO, 1994, p. 195).

FUNÇÕES DO PROCESSO AVALIATIVO

As funções da avaliação são: diagnóstica formativa e somativa.

Função diagnóstica – a primeira abordagem, de acordo com Miras e Solé (1996, p. 381), contemplada pela avaliação diagnóstica é a que proporciona informações acerca das capacidades do aluno antes de iniciar um processo de ensino/aprendizagem, ou ainda, segundo Bloom, Hastings e Madaus (1975), busca a determinação da presença ou ausência das habilidades e pré-requisitos, bem como a identificação das causas de repetidas dificuldades na aprendizagem.

Avaliação formativa- conforme Haydn (1995, p.170), permite constatar se os alunos estão, de fato atingindo os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre tais objetivos e os resultados efetivamente alcançados durante desenvolvimento das atividades propostas. Representa o principal meio através do qual o aluno passa a conhecer seus erros e acertos, assim, maior estímulo para um estudo sistemático dos conteúdos. Outro aspecto destacado pela autora é o da orientação fornecida por este tipo de avaliação, tanto ao estudo do aluno como ao trabalho do professor, principalmente através de mecanismos de feedback.

Avaliação somativa- De acordo Miras e Solé (1996, p. 378) determinar o grau de domínio do aluno em uma área de aprendizagem, o que permite outorgar uma qualificação que, por sua vez, pode ser utilizada como um sinal de credibilidade da aprendizagem realizada. Também tem o propósito de classificar os alunos ao final de um período de aprendizagem, de acordo com os níveis de aproveitamento.

Avaliação formativa: Professor e escola como mediadores no desenvolvimento do aluno.

A avaliação formativa possui um caráter inclusivo, capaz de infundir no aluno a confiança em si mesmo e estimulá-lo a avançar sempre. Na avaliação formativa o erro do aluno não é mais considerado como uma falta passível de repreensão, mas como uma fonte de in-



formação essencial, cuja manifestação é importante favorecer. Os dados obtidos nas observações do professor sobre o aluno indicam que atividades precisam ser refeitas, quem, individualmente ou em grupos, necessita refazê-las ou se é possível dar continuidade ao trabalho. A avaliação formativa visa:

Promove o desenvolvimento do aluno, do professor e da escola;

Trabalho Pedagógico;

Os profissionais da educação que atuam na escola precisam ter a oportunidade de se desenvolverem e se atualizarem;

Todas as dimensões do trabalho escolar são avaliadas;

Abandono da Avaliação Unilateral, Classificatória, Punitiva e Excludente;

Dimensões de Aprendizagem dos alunos;

Cognitiva;

Afetiva;

Psicomotora;

Como desenvolver a avaliação formativa;

Obstáculos;

Tendência mundial de valorização dos testes externos padronizados, que enfatizam a competição entre alunos e escolas.

Falta de recursos para o desenvolvimento da avaliação formativa.

Alem dessas dificuldades, a avaliação formativa no Brasil encontra um obstáculo na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, art. 12, inciso V, que o estabelecimento de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.

Art. 13, os docentes incumbir-se-ão de:

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

O artigo 24, em seu inciso V, define:



- A obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Os estudos de recuperação podem ser inseridos na proposta pedagógica segundo a função formativa de avaliação. O desenvolvimento da avaliação formativa compreende os aspectos: Planejamento da Avaliação; Autoavaliação pelo aluno; autoestima dos alunos e procedimentos variados de avaliação.

Planejamento da Avaliação Formativa compreende:

- ✓ Constante reflexão;
- ✓ Opção feita por toda a equipe pedagógica e
- ✓ Estar registrada no Projeto Político Pedagógico;
- ✓ Formulação do Plano pela equipe pedagógica:
- ✓ Justificativa pela sua adoção;
- ✓ Abrangência: quais as atividades e quem serão avaliadas. (O aluno individualmente, um grupo de alunos que trabalham juntos, o trabalho de toda a escola, o professor etc.);
- ✓ Finalidades;
- ✓ Procedimentos em cada situação;
- ✓ Como serão registrados os resultados e o que será feito com eles.

Questões a cerca da avaliação Diagnóstica:

- Para que avaliar o grupo de alunos com quem vou trabalhar?
- Quem são eles?
- Qual sua procedência?
- Qual sua faixa etária?
- Que experiências de aprendizagem possuem?
- O Plano deve ser constantemente analisado e reformulado, quando necessário.



E quanto ao avaliar o processo:

- Está cumprindo seus propósitos iniciais?
- Que obstáculos existem?
- Como superá-los?
- O desempenho do aluno;
- Selecionar e avaliar os conteúdos (informações, capacidades, habilidades e atitudes) considerados fundamentais para o prosseguimento dos estudos.

Avaliação Informal:

- Opiniões que o professor forma sobre o aluno no decorrer da interação e deve estar relacionada com o desempenho do aluno.
- Pode contribuir para que o professor conheça melhor cada aluno e como está se desenvolvendo seu processo de aprendizagem;
- Observações sistemáticas e entrevistas.

Avaliação formal:

- Provas, testes e produções, não só escritas, mas oral, estética, corporal, gráfica etc.

Autoavaliação pelo aluno:

- Os alunos devem compreender os principais propósitos da aprendizagem;
- Perceber o que fazer para adquiri-la;
- A autoavaliação proporciona discussão e reflexão sobre a aprendizagem entre professor e aluno.
- Melhoria da aprendizagem do aluno e do desenvolvimento do trabalho.

Autoestima dos alunos:



- O principal usuário das informações fornecidas pela avaliação para a melhoria da aprendizagem é o próprio aluno.

Aspectos negativos:

- Obsessão pela competição e medo do fracasso por parte dos alunos com baixo rendimento.

Aspecto positivo:

- Os aspectos negativos podem ser evitados, mas para isto é necessário à instalação da cultura de sucesso, baseada na crença de que todos podem aprender.
- Concentrar nas dificuldades dos alunos.
- Mostrar como os alunos podem superar suas dificuldades.
- Não fazer comparações entre os alunos.

Procedimentos variados de avaliação:

- Considerar o nível de desenvolvimento dos alunos, a disciplina, o ano e o tipo de trabalho realizado.

Villas Boas cita três procedimentos de grande contribuição para a avaliação formativa:

- Entrevista;
- Observação;
- Portfólio.

Entrevista proporciona:

- Aproximação professor e aluno;
- Relacionamento amigável entre o professor e o aluno para que os dois se sintam à vontade;
- Perguntas claras e compreensíveis;
- Ouvir o aluno de forma paciente e respeitosa;
- Possibilita um conhecimento mais pessoal do aluno.



A entrevista deve ser planejada:

- Para definir seus objetivos;
- Definida em que momento ela será realizada;
- Como será feita a anotação das informações;
- Quantos alunos serão entrevistados por dia.

Observação:

- Investigar as características individuais e grupais dos alunos.
- Identificar os fatores que facilitam e os que dificultam o desenvolvimento do trabalho.

Dentre esses fatores citam-se as condições prévias dos alunos para o estudo, o tipo de relacionamento entre professor e alunos e entre alunos, as características socioculturais dos alunos, a linguagem do professor e dos alunos, as experiências vividas no meio familiar e social, a percepção em relação à escola e ao estudo etc. (Libâneo, 1992, p. 241).

Libâneo também alerta para o fato de que a observação esta sujeita à subjetividade do professor, a erros de percepção e a tendenciosidade. Por esse motivo, recomenda-se não se tomarem decisões apressadas, como a de determinar, logo no início do ano ou do curso, que certos alunos não serão aprovados (profecia autorrealizadora) e não se usarem rótulos (preguiçosos, inteligentes, bagunçados, agressivos, imaturos, quietinhos etc.).

O professor só pode tirar conclusões após observar os alunos em diversas situações, de forma que ele tenha uma avaliação fundamentada. Anotar separadamente os fatos observados, dos comentários e análises do professor. Os resultados são de uso exclusivo do professor para que ele saiba como agir com determinadas crianças. As observações não devem ser convertidas em notas, nem repassadas diretamente para os alunos. Os registros podem ser feitos durante ou após as observações.

Planejamento da Observação:

- 1º Passo:
 - Organizar a sala de aula.
 - Definir o momento de fazer observações



2º Passo:

- Estabelecer o alvo e os objetivos da observação, sugestões:
- Quantos alunos observar de cada vez?
- Quem observar?
- Onde observar?
- Quando observar?
- Por quanto tempo observar?

3º Passo:

- Organização dos registros de observação;
- O caderno de observação deve ser um instrumento fácil e flexível para que possa ser usado em várias situações escolares e por diversos professores.

Dicas:

- Como organizar as folhas de registro?
- Onde manter o caderno de registro?
- Que quantidade de anotações deve ser feita?
- O que anotar?
- Como anotar?
- Quando anotar?
- Como usar as folhas de observação?
- Como anotar comentários sobre necessidades individuais?
- O que fazer com as folhas de observação já completa?

4º Passo:

- Observação dos registros:
 - ✓ O que analisar?
 - ✓ Quando analisar?



✓ Como analisar?

✓ Porque analisar?

A avaliação formativa é a que usa todas as informações disponíveis sobre o aluno, Portanto, a utilização de provas escritas para decidir a trajetória de estudos do aluno deixa de considerar os diferentes estilos e manifestações de aprendizagem.

O portfólio é outro procedimento de avaliação muito rico, pois é onde são guardadas todas as produções do aluno, as quais apresentam as evidências da sua aprendizagem.

Por fim, a avaliação formativa favorece não só o desenvolvimento do aluno, mas também do professor e o da escola.

Atualmente autores como Dória (2010), Gama (2009), Hoffmann (2009), Luckesi (1999), Perrenoud (1999), dentre outros, têm contribuído para o avanço da compreensão do processo avaliativo na sua totalidade. Cada um desenvolve uma abordagem específica que, no conjunto, vem servir de adubo ao terreno educacional para que possamos desenvolver uma avaliação ampla do processo de ensino-aprendizagem, rompendo com a visão sistêmica que coloca o aluno como único responsável pelos resultados positivos ou negativos desse processo. Segundo Luckesi a avaliação também se constitui de uma relação ética entre o educador e o educando:

“O princípio ético que pode e deve nortear a ação avaliativa do educador é a solidariedade com o educando, a compaixão; o que quer dizer desejar com o educando o seu desejo e garantir-lhe suporte cognitivo, afetivo e espiritual para que possa fazer o seu caminho de aprender e, conseqüentemente, de desenvolver-se na direção da autonomia pessoal, como sujeito que sente, pensa, quer e age em favor de si mesmo e da coletividade na qual vive e com a qual sobrevive e se realiza.”. (LUCKESI, 2010).

Na EJA encontram-se jovens e adultos em busca de uma formação profissional e de uma formação geral que lhes permita continuar aprendendo e ao mesmo tempo exercerem a autonomia necessária para a construção da identidade individual e coletiva. Essa especificidade requer do professor uma conduta ética solidária, comprometida com a emancipação do estudante, ou seja, toda metodologia aplicada deve ser desenvolvida dentro de um princípio dialógico que reconheça como sujeitos do processo tantos os educadores quanto os educando.

Para Perrenoud (1999), a avaliação deve promover a invenção didática capaz de alimentar uma ação pedagógica inovadora. No âmbito da Educação de jovens e adultos o



educador deve buscar constantemente essa inovação estando sempre atento às expectativas e procedimentos de cada aluno, “Uma avaliação mais formativa não toma menos tempo, mas dá informações, identifica e explica erros, sugere interpretações quanto às estratégias e atitudes dos alunos e, portanto, alimenta diretamente a ação pedagógica, ao passo que o tempo e a energia gastos na avaliação tradicional desviam da invenção didática e da inovação”. Na educação de jovens e adultos é imprescindível que o educador conheça profundamente o estudante para que possa desenvolver uma prática que responda às necessidades de cada um, onde os erros sejam explicados e possibilitem intervenções no processo como um todo, garantido o sucesso através de uma avaliação que tenha esse caráter também formativo.

De acordo com Hoffmann a avaliação deve ter um caráter mediador: “A avaliação, enquanto relação dialógica vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e também pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. Dessa forma, a avaliação passa a exigir do professor uma relação epistemológica com o aluno – uma conexão entendida como reflexão aprofundada a respeito das formas como se dá a compreensão do educando sobre o objeto do conhecimento”.

O diálogo é inerente à pessoa humana, é necessidade primária da espécie para construção da identidade do ser. “O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal qual a fazem e refazem” (HOFFMANN, 1999). Na avaliação que se deve aplicar na educação de jovens e adultos essa especificidade da natureza histórica humana deve ser preservada por ser o processo de ensino-aprendizagem um campo de confronto saudável entre pessoas que estão ensinando e aprendendo mutuamente, pessoas que supostamente estão abertas ao diálogo.

A existência porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 1987, p 44).

O aluno da EJA não deve ser visto como alguém que nada sabe e o educador não pode se comportar como o único detentor do saber. Há, na verdade, pessoas que tiveram que abandonar as salas de aulas por algum motivo e que retornam com uma bagagem de experiências e conhecimentos adquiridos em outros espaços educativos. Portanto, a avaliação deve ser uma prática de significados para esses jovens e adultos, que retornam cheios de expectativas e esperanças. A avaliação também propicia condições para a obtenção de uma



melhor qualidade de vida. Aí está o ponto de partida da construção do conhecimento. Se houver o acolhimento do aluno na sua totalidade, a prática docente já estará eliminando um grande obstáculo na avaliação na educação de jovens e adultos, pois, construirá, a partir desse acolhimento, o diálogo para que o processo de ensino e aprendizagem seja significativo para todos os sujeitos envolvidos, subsidiando as decisões necessárias para atingir a meta da educação (LUCKESI, 1999).

É preciso que os professores assumam uma postura de avaliação que supere o autoritarismo e busque a autonomia do aluno para a transformação das estruturas sociais. Uma avaliação que seja o ponto de partida para a construção de uma sociedade organizada para o ser humano na conquista da autonomia e da reciprocidade nas relações. Se a sociedade de classes castigou suas vítimas expondo-as a humilhantes condições – uma delas é ter abandonado a escola - não devemos reproduzir o mesmo em sala de aula. A avaliação da aprendizagem na educação básica, e especialmente na educação de jovens e adultos, conforme Luckesi, “não deveria ser fonte de decisão sobre o castigo, mas de decisão sobre os caminhos do crescimento sadio e feliz”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica convoca a todos para o desafio de uma educação para a vida e reflexiva. A avaliação também propiciará condições para a obtenção de uma melhor qualidade de vida, conforme o art.47:

“A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor/ estudante/ conhecimento/ vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo político”. (BRASIL, 2010).

De acordo com as Diretrizes toda ação em sala de aula é uma ação política. A avaliação é um ato político a favor de um modelo de sociedade para a qual se quer formar a pessoa. Na EJA é um momento de romper com a dicotomia objetividade/subjetividade, com a alienação, é um momento, conforme disse Meszáros (2008), citando Gramsci, de “resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias”. O autor também afirma que “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A avaliação é, portanto, o ponto de partida para o desenvolvimento do sujeito histórico. O professor deve olhar para o aluno da EJA como um detentor de conhecimentos e experiências únicas e riquíssimas, que ira contribuir muito no processo ensino-aprendizagem. A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo afastado da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos. O processo de avaliação tem que ter o cuidado com a pessoa humana para que possamos revolucionar a educação brasileira, e na EJA cada estudante quer reconstruir o seu caminho, a sua vida; quer compreender seus fracassos e conquistar um novo mundo. Resta aos educadores conhecer profundamente cada um e ao avaliar a aprendizagem que faça dentro das perspectivas e sonhos desses jovens e adultos para uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS

BLOOM, B.S., HASTINGS, J.T., MADAUS, G.F. **Evaluación Del aprendizaje**. Buenos Aires: Troquel, 1975.

BRASIL, Resolução CNE/CEB n.4 de 13 de julho de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p.284.

DÓRIA R. N. **Avaliação como elemento transformador**. In: Primeiro Seminário de Educação do Campus Rio Pomba do IF Sudeste MG. Rio Pomba, 2010.

FERNANDES, Claudia DE Oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação/** [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento-Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.44p. Il.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. 17ªed. Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido In: Hoffmann, Jussara M.L., Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Ed. Mediação. 15ªed. Porto Alegre, 1999.

GAMA, Z. **Avaliação educacional: para além da unilateralidade objetivista/subjetivista**. Disponível em: www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1488/1488.pdf. Acesso em: 03 mar. 2017.

GAMA, Z. **Avaliação enquanto categoria...** In: Primeiro Seminário de Educação do Campus Rio Pomba do IF Sudeste MG. Rio Pomba, 2010.

HAYDT, R. C. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1995.

HOFFMANN, J.M.L. **A avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2009.

HOFFMANN, J.M.L. **A avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento**. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p051-059_c.pdf. Acesso: 03 mar.2017.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, C.C. **O que é o ato de avaliar a aprendizagem?** Disponível em: http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/avaliacao_luckesi.pdf. Acesso em: 28 fev.2017.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2ªEd, 2008.

MIRAS, M., SOLÉ, I. **A Evolução da Aprendizagem e a Evolução do Processo de Ensino e Aprendizagem** in COLL, C., PALACIOS, J. MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.



PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 183 p.

VILLAS BOAS, B. M. de F. et alii. A avaliação nos cursos de formação no DF: confronto entre a teoria e a prática. Relatório de pesquisa, Unb, mimeo., 2000.